



INSTITUTO FEDERAL

Paraná



Ministério da Educação

ANEXO IV AO EDITAL Nº 98/2023 – IFPR – CAMPUS
AVANÇADO BARRACÃO

DECLARAÇÃO DE RENDA FAMILIAR BRUTA
CURSO FIC – ESPANHOL – BÁSICO II

Disponível em: <https://ifpr.edu.br/barracao>

I – IDENTIFICAÇÃO DO/A CANDIDATO/A

Nome:			
campus onde o curso é ofertado:		Curso:	
Gênero:	Estado Civil:	Data Nascimento:	Naturalidade (Cidade/Estado):
RG:		CPF:	
Endereço Residencial do candidato:			
Bairro:	Cidade:	Estado:	CEP:
Fone Residencial:		Celular:	
E-mail:			

II – COMPOSIÇÃO FAMILIAR

Nome completo dos componentes da família, iniciando com o nome do/a próprio/a candidato/a.	Parentesco	Idade	C P F	Ocupação	Renda Bruta Mensal (R\$)
	Requerente				
Renda Bruta Total Mensal Familiar (soma as rendas dos componentes da Família) R\$					Renda <i>per capita</i> * R\$

*Renda *per capita* = Renda Bruta Total Familiar dividido pelo número de componentes da família. Salário Mínimo Nacional vigente: 2022.

Estou ciente de que a comprovação de renda bruta anexa será analisada por Comissão Especial do

IFPR Campus Avançado Barracão e que meu requerimento, para ser deferido, depende de análise.

Também estou ciente de que uma vez não comprovada a condição desta categoria de cotista perderei a vaga e que a prestação de informação falsa pelo estudante, apurada posteriormente à matrícula, em procedimento que lhe assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejará o cancelamento de sua matrícula na instituição federal de ensino, sem prejuízo das sanções penais eventualmente cabíveis.

Data: ___/___/20__.

Assinatura do/a candidato/a

*Assinatura do/a responsável,
se o/a candidato/a for menor de
idade ou representante legal*

***O Decreto-Lei n° 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal - Falsidade ideológica**

Art. 299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.